

14
Junho
2017



CLIP PING

TJ
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA implantou sistema de segurança eletrônica: reclamação de advogados vai para o CNJ

OAB pede mudança na revista em fóruns

Seccional capixaba da Ordem vai recorrer ao Conselho Nacional de Justiça contra normas de segurança que estão em vigor há 2 semanas

Brunella França

A seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) vai recorrer ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra as normas de segurança implantadas nos fóruns e na sede do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) desde o último dia 1º de junho, que preveem passar por detectores de metais e revistas.

Em reunião conjunta entre o Conselho Seccional e os presiden-

tes de Subseções, os advogados capixabas afirmaram que as novas normas do Judiciário são discriminatórias “ao obrigar a advocacia a abrir pastas e bolsas e passar por detectores de metais individuais”.

A Ordem fará também um requerimento administrativo ao TJ-ES contra “as revistas vexatórias e a excepcionalização no tratamento à advocacia”.

O presidente da OAB-ES, Homero Mafra, condenou a possibilidade de juízes e promotores entrarem nos fóruns sem revista.

“Não podemos aceitar a medida que excepcionaliza. E também não podemos aceitar a revista vexatória”, disse.

Mafra afirmou ainda que já há um voto do ministro João Otávio de Noronha, atual corregedor do CNJ, que difere passar pelo detector de metais e submeter-se a revista.

“Nós temos que sinalizar claramente para advocacia o nosso inconformismo, dizer para advocacia que é inaceitável a submissão de detector de metal, inaceitável a revista vexatória”, complementou.

Secretário-geral da Ordem, Ricardo Brum citou o exemplo da Justiça Federal, onde todos passam pelo detector de metal.

“Nunca me senti invadido porque é um procedimento que se eu estiver ao lado do presidente do TJ-ES, vou passar pelo mesmo processo. Ninguém entra na Justiça Federal sem passar (por uma revista). Parece-me que se não é para estar armado, ninguém deve estar armado. Por que o juiz e promotor estão armados e um advogado que tenha o porte de arma não poderia estar, o que justifica isso?”, questionou.

Procurada pela reportagem, o Tribunal de Justiça não se manifestou a respeito do assunto.

DECISÃO DA JUSTIÇA

Juiz autoriza aborto para defender vida de gestante

Marcelo Pimentel, da 10ª Vara Cível de Vitória, autorizou que mulher interrompesse a gravidez de bebê que nasceria sem cérebro

Lucas Rezende

Com o sonho de uma gestação natural difícil de concretizar, um casal residente no Estado resolveu buscar solução numa estimulação de ovulação. Deu certo e a prole iria aumentar.

Descobriram, com o tempo, que se tratava de um menino. Os exames pré-natal de praxe seguiram, até que um laudo médico obscureceu o sonho do casal: foi constatada a ausência de calota craniana e o bebê nasceria anencéfalo (sem cérebro). O casal então buscou a Justiça com um pedido urgente: interromper a gravidez.

Por sorteio, o processo caiu nas mãos do juiz de direito Marcelo Pimentel, da 10ª Vara Cível de Vitória.

Há dois dias, após se debruçar sobre a questão, ele decidiu: está



JUIZ MARCELO PIMENTEL: "A minha decisão é embasada no risco de vida que a mãe tem. Ela pode até vir a óbito"

a fim de preservar o direito à vida da paciente e do próprio que atuar na intervenção. entrevista exclusiva ao jornal Tribuna, o juiz Marcelo Pimentel: "Quando se pensa em to, a vida da gestante precisa reservada".

TRIBUNA - A decisão do senhor versa, dentre outros pontos, sobre sentimento quando os "efusivos votos de felicidade e contentamento" dos em questão, que estavam oltos num "processo de to sentimento e emoção" que se descobriu que o feto é céfalo. Numa decisão como , este pilar sentimental pelo l está passando aqueles também é levado em consi- ção?

MARCELO PIMENTEL - A ha decisão é embasada questão do timento, sim no rse e vida que a tem. Ela e até vir a

, uma vez que a morte do be- nencéfalo é considerada certa, riscos para a mulher aumen- à medida que a gravidez é le- adiante.

te feto, infelizmente, não vin- or mais de 12 horas quando à luz. Imagine, portanto, uma carregando essa criança que e vir a morrer, que não tem e do cérebro. É uma situação humanidade. Não podemos nos car embebedar por outras tões ao analisar este assunto.

Aborto não é sobre religiosidade, por exemplo, e sim sobre humanidade. É questão humana. É, lógico também, questão de ver que essa mãe está sofrendo!

> Por isso o senhor salienta a "integridade moral e psicológica" da mãe na decisão?

Ela corre risco de morte! E já existem casos comprovados da morte da gestante de feto anencéfalo. Nós temos que preservar a vida dessa gestante e também entender o que ela está passando porque não é descritível a angústia e o sofrimento.

> Desde que o Supremo Tribunal Federal decidiu, em abril de 2012, por oito votos a dois, ser possível a interrupção da gravidez no caso do feto portador de ane-

cefalia, muitos juristas louvam esta decisão do STF. Qual consideração o senhor faz a respeito?

Essa questão é muito interessante pelo seguinte: hoje, observa-se que os médicos não cumprem os pedidos de aborto em situação de anecefalia, mesmo com a decisão do Supremo. Porque, com este passo do Judiciário, os médicos, assim que fosse comprovada a falta de cérebro no feto, poderiam produzir aborto legal.

Eles não têm necessidade de consultar o judiciário para ter autorização a uma interrupção de gestação. Mas os médicos são cautelosos. Para não incorrer a suspei-

"Hoje, observa-se que os médicos não cumprem os pedidos de aborto em situação de anecefalia, mesmo com a decisão do Supremo"

ta de crime de aborto, eles estão pedindo à família para caminhar para a judicialização da questão. Querem estar respaldados.

> Ou seja: neste caso do casal, o aborto já poderia ter sido autorizado sem necessidade de decisão judicial. O senhor acha louvável esse respaldo dos médicos ou o judiciário pode acabar mais assoberrado?

Cada médico tem que decidir como vai se comportar perante uma situação como essa. Acho até de bom tom a questão de provocar o judiciário porque isenta o profissional da medicina de qualquer tipo de suspeita, de cometimento de crime. Hoje em dia as acusações e boatarias estão muito grandes com a liberdade da internet e os médicos estão se preservando.

> Em razão das peculiaridades do caso, o senhor enviou a decisão para manifestação do Ministério Público em 10 dias e o retorno foi em 24 horas.

É a sensibilização com a situação da gestante. A decisão está muito bem fundamentada. Quanto mais rápido, menor o sofrimento desta mãe. Se demorasse dez dias, que era o prazo máximo, o sofrimento seria maior e o risco de morte também. Felizmente o Ministério Público foi ágil.

SAIBA MAIS

Aborto no Brasil

> DE ACORDO COM o artigo 128 do Código Penal, não se pune o aborto praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante ou se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

> NO CASO do feto anencéfalo, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em abril de 2012, por oito votos a dois, ser possível a interrupção da gravidez.

> OS MINISTROS QUE votaram a favor entenderam que não se trata de aborto, porque não há a factibilidade de vida extrauterina. Com essa decisão, surgiu uma terceira possibilidade de aborto.

> NO CASO CAPIXABA, o juiz de direito Marcelo Pimentel decidiu, no dia 12 de junho (última segunda), em caráter de urgência, a autorização para interrupção da gravidez da mulher em questão.

> DE ACORDO COM Pimentel, a decisão foi "a fim de preservar, inclusive, o direito à liberdade da paciente e do próprio médico que atuar na intervenção".

> UM HOSPITAL e uma maternidade de Vitória foram informadas da decisão do juiz por meio de um oficial de Justiça, autorizando a realização do aborto.

> A DECISÃO de Pimentel cita ainda outros casos semelhantes no País, em estados como no Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo.

Fonte: Código Penal e Pesquisa/AT

Igreja diz que o que está em jogo é a questão humana

Historicamente, a discussão do aborto na sociedade civil esbarra em questões religiosas.

A decisão do juiz Marcelo Pimentel em relação ao casal que solicitou alvará de interrupção de gravidez ao descobrir que nasceria um feto anencéfalo não é diferente. O assunto pode gerar opiniões diferentes entre religiões.

O padre Roberto Camillato, do Santuário-Basilica de Santo Antônio, em Vitória, ao saber da decisão, continuou mantendo a linha de raciocínio da Igreja Católica.

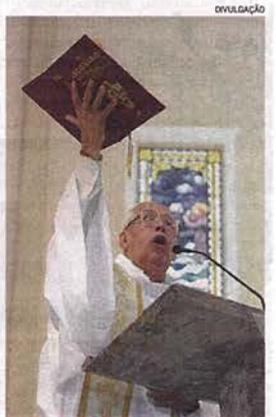
"Independente da lei favorecer em alguns casos, inclusive neste, que se cometa o aborto, em qualquer situação, a Igreja Católica continua a lutar pela preservação da vida. Porque o que está em questão é a pessoa humana, seja a mãe ou o bebê. De modo, portanto, que a igreja diz não ao aborto e sim à vida!", explicou.

Em entrevista para A Tribuna na ocasião da Festa da Penha deste ano, o arcebispo de Vitória Dom Luiz Mancilha Vilela reiterou a posição, dizendo que "ninguém é senhor da vida, a não ser Deus.

"Nós somos defensores da vida! Deus é um defensor da vida! Nós, os pais não são donos da vida. São os transmissores do dom da vida que Deus deu. Nós não podemos, de maneira alguma, concordar com qualquer lei que venha a desrespeitar o bebêzinho na barriga

Sobre a polêmica, o Bispo Edir Macedo, fundador e atual líder espiritual da Igreja Universal do Reino de Deus, já versou em artigos dizendo que é a favor do aborto, não indiscriminadamente, mas em determinadas circunstâncias.

"Não faço isso para declarar guerra a nenhuma religião ou à parcela da sociedade que é contra o procedimento. Tenho esta opinião principalmente porque a fé que eu professo me impede de exaltar a hipocrisia. O aborto não é a causa do problema, é o efeito. O problema começa na falta de informação, principalmente às camadas financeiramente menos favorecidas; na falta de ações preventivas; nas inúmeras questões sociais que têm levado à destruição de lares e à banalização da família", diz o bispo.



PADRE CAMILLATO: "Sim à vida!"

FERIADO

Corpus Christi com lojas abertas nos shoppings

Na Glória, o comércio também vai funcionar normalmente durante a quinta-feira

Quem quiser aproveitar o feriado de Corpus Christi, amanhã, para fazer compras pode se programar, porque os supermercados vão abrir, de acordo com horários de cada proprietário.

As lojas da Glória também vão funcionar em horário normal. Continuam

abertas na sexta-feira e no sábado, de acordo com a Uniglória.

Já os shoppings da Grande Vitória vão abrir em horários especiais, que mudam de acordo com cada centro comercial. A abertura dos cinemas vai obedecer aos horários de casa sessão.

Para quem precisa fazer alguma operação bancária, é melhor adiantar o serviço para hoje. A Federação Brasileira dos Ban-

cos (Febraban) informa que não haverá atendimento nas agências bancárias amanhã, em função do feriado nacional de Corpus Christi. Na sexta-feira, dia 16, o expediente será normal.

Nas prefeituras, o expediente será suspenso, funcionando apenas os serviços essenciais. Em Vitória, o feriado não será prolongado: as repartições públicas municipais retornam ao trabalho na sexta-feira.



DIVULGAÇÃO

O Shopping Mestre Álvaro funcionará até as 22h; a abertura será opcional até as 15h

VEJA O QUE FUNCIONA E O QUE NÃO FUNCIONA

SHOPPINGS

SHOPPING VITÓRIA

Amanhã

Lojas e Estandes: das 14h às 20h (facultativo das 11h às 14h e das 20h às 22h)

Praça de Alimentação: das 11h às 22h

Centro Médico e Odontológico: fechados

Cinema: de acordo com os horários das sessões

Sexta-feira, sábado e domingo

Funcionamento em horário normal

SHOPPING MOXUARA

Amanhã

Lojas, quiosques, alimentação, lazer e cinemas: 11h às 22 horas (abertura facultativa das 11h às 13h e obrigatório das 13h às 21 horas)

Sexta, sábado e domingo

Funcionamento em horário normal

SHOPPING MESTRE ÁLVARO

Amanhã: Lojas, estandes, praça de alimentação, lazer e cinemas: 11h às 22 horas (abertura facultativa entre 11h e 15 horas)

Sexta, sábado e domingo: Funcionamento em horário normal

SHOPPING MONTSERRAT

Amanhã: Lojas, estandes, praça de alimentação, lazer e cinemas: 11h às 22 horas (abertura facultativa entre 11h e 15 horas)

Sexta, sábado e domingo: Funcionamento em horário normal

SHOPPING BOULEVARD

Amanhã:

Alimentação e lazer: 11h às 22 horas

Lojas e quiosques: 13h às 21 horas

Cinema: conforme a programação no site

Sexta, sábado e domingo: Funcionamento em horário normal

SHOPPING NORTE SUL

Amanhã

Lojas: Abertura facultativa das 10h às 15 horas; obrigatória das 15h às 21 horas

Praça de alimentação e quiosques: 11h às 21 horas

Cinema: funcionamento normal

Sexta, sábado e domingo: Horário normal

SHOPPING PRAIA DA COSTA

Amanhã

Lojas e estandes: 14h às 20h (Abertura facultativa entre 13h às 14h e 20h às 21h)

Cinema: conforme a programação

Praça de alimentação: 11h às 23 horas

Sexta, sábado e domingo: horário normal

SHOPPING VILA VELHA

Amanhã:

Lojas e quiosques: 13h às 21h

Praça de alimentação e lazer: 10h às 22h

Sexta, sábado e domingo: Funcionamento em horário normal

SUPERMERCADOS

Amanhã: O funcionamento depende de cada estabelecimento

Sexta e sábado: Horário normal

Domingo: Lojas fechadas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Poder Judiciário do Espírito Santo funcionará em regime de plantão amanhã e na sexta-feira

PREFEITURAS

CARIACICA

Amanhã: Feriado.

Sexta-feira: Ponto facultativo. Apenas os serviços essenciais serão mantidos.

VITÓRIA

Amanhã: Repartições ficam fechadas

Sexta-feira: Expediente normal.

VIANA

Amanhã: Não haverá expediente

Sexta-feira: Ponto facultativo. Funcionam apenas os serviços essenciais.

VILA VELHA

Amanhã: Repartições não funcionarão.

SERRA

Amanhã: Apenas os serviços essenciais serão mantidos

Sexta-feira (16): Expediente será normal

LOJAS DA GLÓRIA

Quinta, sexta e sábado: horário normal

Domingo: fechado

BANCOS

Amanhã: Não haverá atendimento nas agências bancárias

Sexta-feira: O expediente será normal.

SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS

Prejuízo de 100 milhões de reais ao Estado

Governo descobriu duas diferentes fraudes envolvendo o ICMS. São acusadas 23 empresas de comércio de café

Caio Miranda

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) deflagraram ontem uma operação que identificou 23 empresas capixabas do ramo de café acusadas de fraudar, desde 2015, a Receita Estadual.

As empresas são acusadas de sonegar o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que incide em 12% da exportação do café produzido no Estado, causando prejuízo de R\$ 100 milhões ao governo estadual.

As empresas são acusadas de praticar dois tipos de fraudes. Nove delas supostamente solicitariam a compensação de ICMS por meio de precatórios, que são títulos de débitos expedidos pelo governo, o que é ilegal, segundo a PGE.

“O modo de operar das empresas era o mesmo. Diante dessa verificação, a Sefaz acionou a PGE e

nós propomos uma ação judicial para eliminar essa prática”, explicou Alexandre Nogueira Alves, procurador-geral do Estado.

A Sefaz e a PGE divulgaram os nomes dessas nove empresas, que estão na tabela abaixo. Elas foram procuradas, no final da noite de ontem, mas não foram localizadas.

As outras 14 supostamente emitiam notas fiscais de operações simuladas de empresas “laranjas” de outros estados. Elas supostamente compravam café de produtores locais, sem nota fiscal, como se fossem de empresas de fora.

Como benefício, ganhavam supostos créditos ilegais de ICMS com o Estado. Quando revendiam o café para fora do Estado, usariam os créditos para “quitar” o imposto.

Todas essas empresas já estão com as atividades suspensas. Segundo a liminar expedida na sexta-feira pela juíza Sayonara Couto Bitencourt, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Vitória, elas terão 10 dias para regularização fiscal, pagando o imposto sonegado e multa de 100% sobre o dano aos cofres públicos.

“Se as empresas não pagarem, terão os registros estaduais cancelados. Os processos ainda vão para o Ministério Público, que vai fazer a apuração criminal”, disse o secretário de Estado da Fazenda, Bruno Funchal.



BRUNO FUNCHAL e Alexandre Alves explicaram as denúncias contra as empresas acusadas de fraudes

LISTA DAS EMPRESAS

Procuradoria divulgou nome de nove empresas acusadas

- ▶ VALANI CAFÉ LTDA
- ▶ VALANI COMÉRCIO E ARMAZÉNS LTDA
- ▶ IMPERIO CAFE SA
- ▶ CAFE DO TREVÓ LTDA
- ▶ LAURET CAFÉ EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA
- ▶ COCAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
- ▶ PS ROSA ATACADISTA ME
- ▶ LONARDELLI E LONARDELLI LTDA
- ▶ COMERIO E COMERIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Fonte: PGE e Sefaz.

Obs.: As outras 14 empresas já estão com atividades suspensas, segundo a PGE.

Centro do Comércio de Café apoia operação

A operação batizada de “Café Frio” tem apoio do Centro do Comércio de Café de Vitória (CCCV). Segundo o presidente do CCCV, Jorge Luiz Nicchio, o órgão colaborou com informações à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). “Nos reunimos, mês passado, com a Sefaz, onde alertamos para movimentos suspeitos no comércio de café. Além de lesar os cofres públicos com a sonegação do ICMS, as empresas fraudulentas distorcem o mercado de compra e venda. Quem atua de forma correta não consegue competir.”

Nicchio usou como exemplo a compra de sacas de café capixaba por uma indústria do Paraná. No Estado, a mesma saca que custava R\$ 420, era adquirida por R\$ 410 por uma empresa paranaense: “Para o Paraná, o frete custa R\$ 15 por saca. A fiscalização também tem de alcançar a outra ponta, quem compra o café fraudulento.”

O presidente do CCCV ressaltou que a Sefaz precisa intensificar a fiscalização de empresas que são abertas sem estruturas financeira e física para operar no setor. O secretário Bruno Funchal informou que, a partir de agora, as análises sobre o setor de café serão intensificadas.

O suposto esquema

Operações com precatórios e compra com “laranjas”

R\$ 100 MILHÕES

POUO MILHÕES TOTAL ADE CIFRES DO GOVERNO ESTADUAL

<p>Precatórios</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ NOVE EMPRESAS viam solicitar, administrativamente, a compensação de ICMS por meio de cerca de 1.300 precatórios. ▶ NO EXERCÍCIO de uma de precatórios para este fim não é previsto em lei, o que caracteriza abuso de direito. ▶ O OBJETIVO das empresas, ao agirem dessa forma, é o não pagamento do ICMS. ▶ A RECEITA ESTADUAL sofreria a prática e, nos próximos meses, a ação se intensificou. <p style="text-align: center; font-weight: bold; color: #ff0000;">R\$ 60 MILHÕES</p> <p style="text-align: center; font-size: 0.7em;">A RECEITA ESTADUAL APURADA DEB A PRÁTICA CAUSOU O PREJUÍZO AOS COFRES PÚBLICOS</p>	<p>Operações simuladas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ 14 EMPRESAS emitiram notas fiscais de empresas “laranjas” de outros estados. ▶ AS EMPRESAS capixabas compravam café de produtores locais, como se fossem comprando de fora do Estado. ▶ ISSO OCORRIA um crédito ilegal de ICMS para a empresa compradora. ▶ QUANDO O CAFÉ era vendido, elas usavam o crédito ilegal para “quitar” o imposto. <p style="text-align: center; font-weight: bold; color: #ff0000;">R\$ 40 MILHÕES</p> <p style="text-align: center; font-size: 0.7em;">A RECEITA ESTADUAL APURADA DEB A PRÁTICA CAUSOU O PREJUÍZO AOS COFRES PÚBLICOS</p>
--	--

Fonte: PGE e Sefaz.

Golpes de empresas de café geraram rombo de R\$ 100 milhões ao Estado

Nove empresas foram impedidas de emitir notas fiscais após Receita Estadual identificar sonegação. Eram usadas empresas-fantasmas e compra de precatórios para driblar auditores

A Receita Estadual e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) suspenderam nesta terça-feira (13) a emissão de notas fiscais de 23 empresas capixabas acusadas de sonegar cerca de R\$ 100 milhões em impostos.

O valor é referente ao pagamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que incide em 12% da exportação do café produzido no Espírito Santo. Assim, de acordo com os cálculos dos auditores, juntas essas empresas movimentaram cerca de R\$ 1 bilhão desde 2015.

Segundo a PGE, as empresas terão 10 dias para regularizar a situação e estornar aos cofres do Estado os R\$ 100 milhões sonegados, além do pagamento de multa de 100% do valor devido por cada razão social.

A investigação, que começou no final de 2015, vai ser encaminhada ao Ministério Público Estadual (MPES) que irá apurar práticas criminosas no esquema.

COMO FUNCIONAVA O ESQUEMA?

Das 23 empresas, 14 são empresas fantasmas que beneficiavam nove exportadoras de café de diferentes regiões do Espírito Santo. Elas emitiam notas frias simulando a compra de café de “laranjas” de outros Estados para empresas locais.

Dessa compra era pago uma quantia em ICMS, que variava entre 7% e 12% do valor do produto, que era depositada na receita de outros Estados. O pagamento gerava um crédito que era abatido em uma nova venda do Espírito Santo para outros lugares.

Os fraudadores compravam, então, café sem nota fiscal de produtores rurais e descontavam esse crédito do café supostamente comprado de outros Estados. “Constatamos que nessas empresas nunca houve movimentação de café, os ‘sócios’ tinham vários indícios de serem laranjas, já que não conheciam a atividade da empresa e nem o nome dos outros sócios”, conta o subsecretário da Receita Estadual Sérgio Pereira.

FRAUDE DO PRECATÓRIO

Outra forma de bular o fisco, era pela compra dos chamados precatórios do Governo Estadual - espécie de título de débito emitido pelo governo - que eram adquiridos para abater débitos com o ICMS, prática que não é legalizada.

Para acessar a matéria, clique no link abaixo: <http://www.gazetaonline.com.br/noticias/economia/2017/06/golpes-de-empresas-de-cafe-geraram-rombo-de-r-100-milhoes-ao-estado-1014065784.html>

DURANTE GREVE DA PM

ONU questiona Estado sobre grupos de extermínio

Governo respondeu aos questionamentos e disse ter sido transparente na crise

Após quatro meses, o governo estadual respondeu o pedido de informação feito pela ONU, em fevereiro, sobre a crise da segurança no Espírito Santo. A resposta aconteceu no mesmo dia em que a reportagem realizou uma matéria sobre a solicitação de informações que ainda não tinha retorno. Um dos questionamentos é sobre policiais em gru-

pos de extermínio.

A paralisação iniciada por familiares de policiais militares aconteceu do dia 4 ao dia 25 de fevereiro deste ano. As cidades capixabas tiveram registros de diversos tipos de crimes e 200 mortes violentas. Homens do Exército e Força Nacional foram acionadas para reforçar a segurança.

Dentre as solicitações, o órgão exigia explicações sobre possíveis grupos de extermínio formados por PMs na época da crise, sobre o acúmulo de corpos no De-



Acúmulo de corpos no DML foi alvo da ONU

partamento Médico Legal (DML), além da acusação de que o governo estadual não tenha tentado negociar com os manifestantes.

A reportagem sobre a falta de respostas foi feita no último dia 9 e publicada no dia seguinte. Na ocasião, o Ministério dos Direitos Humanos, responsável por solicitar as informações ao estado, disse que não havia resposta do Estado. Porém, no mesmo dia, a solicitação da ONU foi respondida.

"Sobre a denúncia de grupos de extermínio, as-

sim como a ONU, queremos respostas. O Estado está investigando todos os crimes. São mais de 200 mortes complexas e cada uma delas precisa ser investigada de forma responsável. Cada investigação terá sua resposta, mas isso leva um tempo", explicou o secretário de Estado de Direitos Humanos, Julio Pompeu.

Já sobre a indagação de que o governo não teria aceitado negociar com os manifestantes, Pompeu afirmou que foram realizadas várias reuniões de negociações.

"Todas essas reuniões de acordo foram divulgadas pela imprensa do mundo todo. Tivemos várias rodadas de negociação e apresentamos três propostas. Não faltou tentativa de ne-

gociação e acordo por parte do estado, o que faltou foi bom senso de boa parte da PM para acabar com aquele movimento insano e irresponsável", disse.

Outro questionamento do órgão foi referente ao acúmulo de corpos no DML. Mas, segundo Pompeu, o acúmulo aconteceu devido uma situação atípica de excesso de assassinatos.

"O DML não tinha estrutura para essa anormalidade. Houve um acúmulo inicial, mas depois os corpos foram armazenados de forma correta. Se há um evento onde o Estado foi transparente, foi o da crise na segurança em fevereiro. Também queremos algumas respostas, mas respeitando a lei e os processos legais". (Elis Carvalho)

APÓS ACIDENTE EM CACHOEIRO

“Que ele pague pelo que fez”, diz tatuador sobre motorista bêbado

Matheus Nascimento Aguiar teve alta ontem. Ele estava na moto com a jovem que morreu

BEATRIZ CALIMAN
cachoeiro@redgazeta.com.br

“Ele bebeu e assumiu o risco de matar. Poderia ter matado mais pessoas. Nada vai trazer Juliana de volta.”

O desabafo é do tatuador Matheus Nascimento Aguiar, 22 anos, sobrevivente de um acidente causado por um motorista embriagado, em Cachoeiro Itapemirim, Sul do Estado.

Matheus teve parte do pé amputado e recebeu alta médica na tarde de ontem. Ele pilotava uma Honda Fazer 150, moto em que estava a estudante Juliana Vasconcelos Cypriano, 25. Ela morreu na batida.

Matheus conta que só soube da morte da amiga na tarde de segunda-feira.

Além dos jovens, o estudante Gabriel Abrantes, 25, e a professora de balé Ludmyla Schaydeger Cancelli, 26, que estavam em uma Honda CG 150, também foram atingidos por Paulo Sérgio Lopez Barroso, 44 anos, no bairro BNH, no último domingo.

O motorista invadiu a contramão com um Fiat Siena e atingiu as motocicletas dos jovens, que voltavam de uma festa.

Sobre o acidente, o tatuador pediu mais consciência aos motoristas e



Matheus estava com os amigos Juliana (alto), Ludmyla (centro) e Gabriel



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

LIVRAMENTO

“O QUE É UM PÉ PERTO DE UMA VIDA?”

Matheus Aguiar
Tatuador

◀ O tatuador Matheus Nascimento Aguiar, de 22 anos, foi recebido com festa pela família em sua casa.

Como está sendo a sua recuperação?

Estava bem grave. A cirurgia foi muito boa. Ficaram surpresos com a recuperação. A vontade de sair do hospital era grande, mas aguardava a alta.

Você se recorda da hora do acidente?

Todo o acidente fiquei lúcido. Vi que o carro vinha na contramão, andou assim uns 500 metros. Minha reação na hora foi, ao invés de frear, ir reduzindo a velocidade. Juliana me agarrou forte.

Quando soube que Juliana havia morrido?

Fiquei sabendo na segunda-feira, à tarde. Era uma pessoa fantástica.

O que sente pelo motorista que o atropelou?

Temos que dirigir pra nós e para os outros. As pessoas têm que ter mais consciência. Não o coelho. Pode até ser uma pessoa de bom coração. O sentimento é de Justiça, que pague pelo que fez. O álcool é a droga que mais mata.

Chegou a ir aos quartos dos outros amigos?

Até tentei, mas não consegui nem levantar da cama. Gabriel gravou um vídeo para mim ao telefone. Não tive como falar com Ludmyla, pois ela está na UTI, mas se recupera bem.

Você é tatuador. Pretende continuar a carreira?

Meu plano era abrir meu estúdio este mês, é meu sonho. Agora vou ter que dar uma parada. Ficar em observação repouso por risco de infecção. Penso que meus braços, material primordial do meu trabalho, sofreram apenas arranhões leves.

Como sai deste triste episódio em sua vida?

Ter conseguido este livramento bateu muito forte em mim. Juliana, infelizmente, não conseguiu. O que é um pé perto de uma vida?

afirma que espera pela punição de Paulo Sérgio. “O sentimento é de Justiça, que pague pelo que fez”, desabafou.

FERIMENTOS

Os jovens foram socorridos e levados para a San-

ta Casa de Misericórdia. Juliana morreu logo após dar entrada no hospital.

Gabriel permaneceu internado. Ele sofreu cortes profundos na testa, perna e fraturou um dedo.

Já Ludmyla continua internada na UTI. O pai, Sérgio Cancelli, contou que a carreira da professora ainda é incerta. “Ainda não se sabe quando ela fará a cirurgia na perna e se

isso vai atrapalhar sua carreira”, disse.

O tatuador contou que seu quadro ainda inspira cuidados especiais, mas que os médicos se surpreenderam com sua recuperação. Ele agora aguarda recuperação para voltar a tatuar. “Vou me recuperar e o acidente será um trampolim para minha evolução pessoal e espiritual”, disse Matheus.

Pedreiro disse que não se lembra do acidente

◀ O pedreiro Paulo Sérgio Lopes Barroso, 44 anos, continua preso. Ele teve fiança estipulada em pela Justiça em R\$ 18.740,00 (20 salários mínimos). O valor foi estipulado pelo juiz Bernardo Fajardo Lima durante audiência de custódia, na segunda-feira. Como o valor da fiança não foi pago, o pedreiro permanece preso no Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro.

Na tarde de ontem, agentes da Delegacia de Infrações Penais e Outras (Dipo) estiveram na unidade prisional para colher o depoimento de Paulo Sérgio. Segundo o delegado Felipe Vivas, o pedreiro contou que não se recorda



Carro ficou destruído após a batida

do acidente. “Ele afirma que bebeu, mas não se recorda dos fatos e do acontecimento. Ele está bem consternado com a situação e demonstrou arrependimento”, disse.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 17/2017 - GCC/PROAD/UFES

TIPO: Menor Preço. OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de serviços de inspeção, manutenção, recarga e ensaio hidrostático em extintores de incêndio e manutenção em mangueiras de incêndio, instalados nas dependências das edificações pertencentes à Universidade Federal do Espírito Santo, valor estimado dos lotes são respectivamente:

Lote 01 R\$ 111.061,10 (cento e onze mil, sessenta e um reais e dez centavos)

Lote 02 R\$ 37.441,55 (trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos)

Lote 03 R\$ 34.791,65 (trinta e quatro mil, setecentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos). Informações gerais no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital: 17/2017, UASG: 153046 - Sessão pública: 28/06/2017 às 09h30 horas.

Matheus Silva
Pregoeiro

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 31/2017

TIPO: Menor Preço por item. OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições de RAÇÃO, durante um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo - Anexo 1 deste edital. INFORMAÇÕES GERAIS: entrega das propostas e edital no site www.comprasnet.gov.br a partir de 14/06/2017. ABERTURA DE PROPOSTA: 27/06/2017 às 10h30m no site www.comprasnet.gov.br.

KATLINE ROSA GOMES DA SILVA
Pregoeira

ACIDENTE EM CACHOEIRO

Tatuador diz que motorista andou na contramão

Matheus Nascimento contou que acusado percorreu 500 metros na contramão. Carro bateu em motos e matou Juliana Cypriano

Alessandro de Paula
CACHOEIRO

Dois três jovens feridos após serem atingidos por um motorista acusado de embriaguez, no último domingo, em Cachoeiro de Itapemirim, o tatuador Matheus Aguiar Nascimento, 22, foi o primeiro a deixar a Santa Casa de Misericórdia, para onde as vítimas foram levadas. Ele teve alta na tarde de ontem.

Em um misto de felicidade e tristeza, Matheus, que perdeu parte do pé direito no acidente, agradeceu a Deus por estar vivo e acredita que foi um livramento, pois disse que o acusado andou 500 metros na contramão. Ele, no entanto, lamentou muito a morte da universitária Juliana Cypriano, 25, que estava com ele de carona na moto.

"Passei o dia num evento de tatuagem. Foi o melhor que já fiz na carreira. Depois saímos para comemorar. Era para ser a melhor noite da minha vida, mas foi a pior experiência que pude imaginar", destacou ainda no hospital, o tatuador, ao lado da namorada Ingrid Matiello, 21.

Os outros amigos, o estudante de Direito Gabriel Abrantes, 24, que pilotava a outra moto, e a bailarina Ludmyla Cancelli, 26, que estava na garupa, continuam internados.

O acidente foi por volta das 5 horas de domingo. Os amigos saíram de um bar em Morro Grande em direção a uma lanchonete, quando foram surpreendidos por um Siena, que invadiu a contramão na rodovia ES-482, no bairro BNH.

DEPOIMENTO

"Livramento"

"Fui o primeiro a ser atingido e Gabriel depois. Meu pé ficou preso e ficou prensado entre o carro e a moto. O acusado tentou andar, mas não conseguia ficar de pé. Acredito que a única explicação para estar vivo é Deus. Foi um livramento.

Quem viu o estado do carro e das motos não acredita que teve sobreviventes".

Matheus Nascimento, 22, tatuador



MATHEUS estava na moto com Juliana, que morreu no acidente: amigos seguem internados

O carro era conduzido por Paulo Sérgio Lopes Barrozo, 44, que foi preso pela PM. Seu carro ficou com a frente destruída. Testemunhas contaram que ele tentou fugir, mas foi contido por populares. Ele foi submetido a teste de alcoolemia que deu positivo.

"Ele não ultrapassava ninguém. Só vinha ele na rodovia. Acho que percorreu uns 500 metros na contramão", relembrou Matheus.

Com o impacto, Matheus teve

parte do pé direito amputado e um corte profundo na coxa. Juliana estava na garupa dele e foi lançada a 30 metros. Matheus só soube da morte da amiga na segunda-feira.

Na outra moto seguia Gabriel, que sofreu um corte na testa e Ludmyla, que quebrou o fêmur e a bacia. Ela continua na UTI da Santa Casa. Já o rapaz deve ter alta nos próximos dias.

ALESSANDRO DE PAULA



JULIANA



GABRIEL



LUDMYLA

Fiança de R\$ 18,7 mil

O motorista responsável por atropelar quatro jovens na madrugada de domingo, no bairro BNH, em Cachoeiro de Itapemirim, confessou ontem, em depoimento, que havia ingerido bebida alcoólica

no dia anterior ao acidente, mas que não se lembra do acidente.

De acordo com o delegado Felipe Vivas, da Delegacia de Infrações Penais Outras (Dipo), Paulo Sérgio Lopes Barrozo, 44, que está preso no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Cachoeiro de Itapemirim, desde o dia do atropelamento, afirmou que bebeu por umas três horas.

"Ele afirmou que não consegue se lembrar de nada do que ocorreu a partir de 19 horas de sábado. Vamos ouvir uma outra pessoa que bebia com ele no dia para tentar esclarecer", ressaltou o delegado.

A Justiça estipulou fiança de 20 salários mínimos, o equivalente a R\$ 18,7 mil, para libertar o motorista, mas ele não conseguiu dinheiro para pagar o valor definido e continua preso no CDP.

A fiança foi estipulada pelo juiz Bernardo Fajardo Lima na audiência de custódia, na segunda-feira



FIAT SIENA com a frente destruída

Elio Gaspari

É jornalista

/// Filme da Abin xeretando o Supremo é ruim, velho, e em 2008 denunciava o risco de um Estado policial petista

O STF fala demais e cala demais

Mais uma crise: o governo acionou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para xeretar a vida do ministro Edson Fachin, do STF. Como Michel Temer, ele teria voado num jatinho da JBS.

De bate-pronto, a ministra Cármen Lúcia disse que “é inadmissível a prática de gravíssimo crime contra o Supremo Tribunal Federal, contra a democracia e contra as liberdades, se confirmada a informação de devassa ilegal de um dos seus integrantes.”

O procurador-geral, Rodrigo Janot, acrescentou: “Não quero acreditar que isso tenha acontecido. Usar um órgão de inteligência do Estado de forma espúria para investigar um dos poderes da República (...) é a institucionalidade de um Estado policial, de um Estado de exceção”.

O ministro Gilmar Mendes emendou: “A tentativa de intimidação de qualquer membro do Judiciário, seja por parte de órgãos do governo, seja por parte do Ministério Público, ou da Polícia Federal, é lamentável e deve ser veementemente combatida”.

Faltou ouvir Sérgio Porto, o genial criador do politicamente incorreto “Samba do crioulo doido”:

“Joaquim José

Que também é

Da Silva Xavier

Queria ser dono do mundo

E se elegeu Pedro II”

O crioulo do samba disse besteira, mas foi afirmativo. Cármen Lúcia, Rodrigo

—
“A crise política está de um tamanho que ninguém perderia nada se esperasse ao menos 48 horas para opinar a respeito de mais uma notícia estarrecedora”
 —

Janot e Gilmar Mendes não disseram nada, e sabiam disso. A ministra enxertou uma pegadinha: “se confirmada”. Janot pôs a sua: “não quero acreditar”, e Gilmar foi veementemente genérico. (Três dias depois, Cármen Lúcia fez outra nota, retificando a primeira, mas o estrago estava feito).

A crise política está de um tamanho que ninguém perderia nada se esperasse ao menos 48 horas para opinar a respeito de mais uma notícia estarrecedora.

Como o Planalto já disse que Temer não voou na Air JBS, e era mentira, tudo pode acontecer no seu bunker tabajara. O envolvimento formal da Abin numa operação desse tipo seria impossível, pois deixaria rastro. Vai daí, o governo sempre poderá desmentir a conexão. Já uma ação de colaboradores teoricamente avulsos produziria o efeito desejado, sem os riscos legais e ninguém

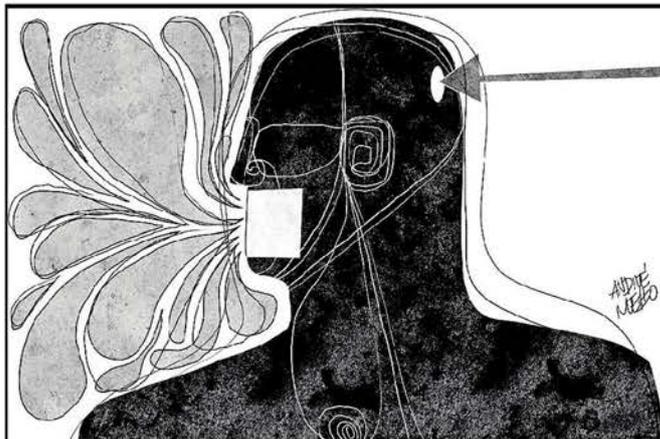
poderia dizer que era coisa da Abin. Essa é uma ideia que sempre está ao alcance de um cacique tabajara. Afinal, formalmente, o SNI, ancestral da Abin, nunca reconheceu ter fotografado deputado em motel nem bispo atracado em cinema. Esse truque livra a cara da Agência, mas deixa a de Temer na vitrine. (Fachin bem que poderia esclarecer se voou na Air JBS. Numa época em que seus pares falam demais, ele está falando de menos.)

A nova crise abalou ainda mais a fragilizada figura de Temer, esquentou o fim de semana mas, com o que há na panela, marcha em direção ao nada porque parte do quase nada.

A novidade do episódio está na sua velhice. Em agosto de 2008, abriu-se uma crise porque foi revelado que a Abin havia grampeado uma conversa telefônica do então presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, com um senador goiano. Ao contrário do que sucede hoje, a denúncia tinha algum amparo factual, pois existia a transcrição do telefonema. Apocalíptico, o ministro anunciou que o país vivia “um quadro preocupante de crise institucional”. Havia a ameaça de um “Estado policialesco”.

A denúncia foi investigada e, ao fim de dez meses, concluiu-se que nada se podia concluir, pois havia uma transcrição, mas faltava o áudio.

Em 2009, enquanto uma equipe da Polícia Federal tentava desvendar o caso da conversa de Gilmar Mendes, outra ouvia, com autorização judicial, o aparelho Nextel antigrama do senador Demóstenes Torres, seu interlocutor. Ele operava favores e mimos com o contraventor Carlinhos Cachoeira e teve seu mandato cassado em 2012.



INVASÕES EM JARDIM DA PENHA

Homem-Aranha vai ficar mais tempo preso

CARLOS ALBERTO SILVA - 12/06/2017

Por decisão da Justiça, Jilsemar Santana vai responder a processos em regime fechado

▄ **MAYRA BANDEIRA**
mpbandeira@redgazeta.com.br

No que depender da Justiça, Jilsemar Oliveira Santana, 31 anos, o Homem-Aranha, vai ficar um bom tempo na prisão. A decisão foi tomada durante audiência de custódia, ocorrida na manhã de ontem.

A juíza Raquel de Almeida Valinho converteu a prisão em flagrante do suspeito em preventiva. Jilsemar vai responder o processo em regime fechado.

Ele permanece preso no centro de Triagem de Viana, após ser preso na noite de domingo, tentando invadir um apartamento em Jardim da Penha, Vitória. Essa foi a terceira prisão dele em dois anos.

Somente nos últimos três meses, ele teria entrado em pelo menos seis imóveis do bairro. O suspeito foi indiciado seis vezes pelo cri-



Jilsemar Santana, de 31 anos, foi preso três vezes nos últimos dois anos

me de furto qualificado por escalada, repouso noturno das vítimas e por transpor obstáculos.

Na decisão, a magistrada inclusive cita sobre as diversas passagens de Jilsemar, que se tornou figura conhecida entre a polícia.

“Consta, ainda, que o autuado é pessoa conhecida na região de Jardim da Penha por escalar e adentrar em prédios e conse-

quentemente cometer diversos furtos na região. No caso presente, entendo por indeferir o pedido de liberdade formulado pela defesa”, argumenta.

A juíza baseou a decisão no princípio de defender a ordem pública, uma vez que Jilsemar violou o termos de liberdade provisória referentes aos processos que ele já responde na Justiça.

“Diante da reiteração

criminal estabelecida pelo autuado, descumprindo por duas vezes as medidas cautelares impostas a ele, demonstrando, que no presente momento, que nenhuma outra medida cautelar é suficiente e adequada para impedir a reiteração criminosa, havendo a necessidade de sua segregação para assegurar a ordem pública”, sentença a juíza.

TRIBUNA LIVRE



JEFFERSON CARLOS MORAIS

Violência doméstica e prevenção primária

No dia 18 de maio de 1973, uma menina de 8 anos foi sequestrada, violentada e cruelmente assassinada no Espírito Santo. Seu corpo apareceu seis dias depois. A data ficou instituída como o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”.

O “Caso Araceli”, como ficou conhecido, ocorreu há mais de 40 anos, mas, infelizmente, situações como essa ainda se repetem.

Lamentavelmente no dia 18/05/2017 ocorreu um crime que chocou todo o Estado, a menina Fabiane Isadora Claudino, de 2 anos e 4 meses, foi violentada e morta pelo seu padrasto, Michael Lelis, 28, que também agredia a mãe da criança constantemente, mas ela nunca o denunciou por medo.

O delito teve prioridade máxima por parte dos policiais militares que fizeram o primeiro atendimento da ocorrência, e contou com participação dos agentes do serviço reservado do 7º BPM (Cariacica), que atuaram com operações de cerco tático, abordagens e levantamentos de inteligência, para que o criminoso fosse preso. Sendo por fim capturado em uma operação conjunta da Polícia Militar e Civil.

A atuação das polícias, nos casos de violência que ocorrem no ambiente familiar, depende fundamentalmente da denúncia de quem lá convive, ou mesmo de qualquer cidadão que tenha conhecimento de tais violações. A prevenção primária da violência doméstica é a medida mais eficaz para salvar vidas e evitar tragédias.

No Estado Democrático de Direito em que vivemos, a prevenção criminal atua de forma integrada com todos seus entes federativos, passando por todos os setores do Poder Público e não apenas pela Segurança Pública e Poder Judiciário. Assim, a criminologia moderna, trata o crime de maneira dinâmica e multidisciplinar.

A Polícia de Nova Iorque tem como pressuposto do seu programa de prevenção (Domestic Violence

Prevention Program), a conscientização para que as vítimas denunciem a violência doméstica, bem como tratam tais ocorrências como prioridade em alerta vermelho.

Igualmente, um estudo desenvolvido pela Universidade de Calgary no Canadá, aponta direcionamentos: “A prevenção primária foca explicitamente em ações antes que a condição de preocupação se desenvolva. Na área da violência doméstica, significa reduzir o número de novos casos de violência, intervindo antes de qualquer tipo de violência.” Os exemplos incluem abordagens de prevenção da violência na escola e construção de habilidades e ambientes de relacionamentos saudáveis, programas de visitas domiciliares e incentivo às denúncias.

Cumpre destacar

que a Polícia Militar do Espírito Santo possui ótimos e bem sucedidos programas de prevenção primária do crime, como o Proerd (Programa Educacional de Resistência às

Drogas), A Patrulha Escolar, e a Patrulha Maria da Penha, esta última atua diretamente na prevenção da violência doméstica contra a mulher e o ambiente familiar. A atuação se faz principalmente por meio das chamadas “visitas tranquilizadoras” onde uma equipe da PM visita, com agendamento, as mulheres que estão com medida protetiva de urgência. Apenas em Cariacica são visitadas mensalmente 100 famílias.

Todavia, para que tragédias sejam evitadas, e as famílias sejam atendidas pelas visitas tranquilizadoras da Polícia Militar, é fundamental que a mulher vítima da violência não se cale e denuncie.

Jefferson Carlos Morais é major da Polícia Militar, especialista em Segurança Pública.

É fundamental que a mulher vítima da violência não se cale e denuncie

Rejeitado pedido para ouvir Edson Fachin

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), rejeitou requerimento da base aliada cobrando informações ao ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, sobre a relação dele com o executivo Ricardo Saud, um dos delatores da J&F. Caberá agora recurso à Mesa Diretora para que o pedido seja votado no plenário da Casa.

PM terá indenização do valor total da farda

Com a retomada dos trabalhos da Assembleia, em sessão extraordinária, foi aprovado por unanimidade o projeto de lei de autoria do governo do Estado que irá indenizar em 100% do valor da farda, caso o policial militar venha a ser transferido de um batalhão para outro.

No projeto original a indenização era de 50% do valor pago anualmente. Foi negociada uma emenda, que foi aprovada.

Líder do governo, o deputado Rodrigo Coelho (PDT) disse que o projeto foi baixado de pauta para ser melhor discutido.

“Havendo necessidade de novo fardamento em caso de mudança de batalhão o policial irá receber 100% do valor do auxílio que é de 375 VRTEs – Valores de Referência do Tesouro Estadual – (R\$ 1.192,5) por ano.”



KADIDJA FERNANDES - 12/02/2017

POLICIAL NA RUA: fardamento

Presidente da Comissão de Segurança, Gilsinho Lopes (PR) disse que a emenda atende a demanda. “A emenda atende as associações de Cabos e Soldados, subtenentes e sargentos. A camisa não vai mais ser de manga curta, mas sim longa. Essa decisão evita o policial tirar dinheiro do bolso”, comentou o parlamentar.

GUILHERME FERRARI - 07/06/2017

Quiosque 7 da Praia de Camburi é um dos que estão abandonados



ALUGUEL DE QUIOSQUES VAI PARAR NA JUSTIÇA

Prefeitura vai pedir liminar para baixar o valor dos espaços

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br

Na tentativa de reduzir o valor do aluguel dos quiosques da Praia de Camburi, a Prefeitura de Vitória decidiu recorrer à Justiça Federal. Com um pedido de liminar, o município pleiteia a revisão do modelo contratual estabelecido junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU). O objetivo é que a mudança permita a elaboração de licitações com preços mais baixos e, portanto, mais competitivos no mercado.

Conforme publicado em A GAZETA este mês, dos sete quiosques que passaram por reformas milionárias (cada um custou R\$ 1,2 milhão aos cofres públicos), apenas dois funcionam regularmente. Uma das principais razões do problema é o alto valor a ser pago mensalmente pelos espaços, que parte dos R\$ 11 mil, além de outras taxas equivalentes a, no mínimo, R\$ 2 mil.

O custo tem origem em um contrato estabelecido em 2010, a partir do qual a Prefeitura de Vitória deve pagar uma taxa à SPU, cuja cobrança é repassada aos

PROBLEMAS



“Não há movimento para conseguirmos pagar esse valor. Estamos trabalhando mais em família porque não dá para contratar alguém de fora”

SOLENE ALVES
Gerente de quiosque

concessionários dos quiosques. Há alguns dias, a SPU confirmou que analisava um pedido de transferência de gestão das praias urbanas para a Capital.

Na prática, a medida retiraria a obrigação do pagamento da taxa e permitiria a criação de um modelo diferente de gerencia-

mento. Segundo a SPU, um termo de adesão entre União e prefeitura poderia ser assinado no segundo semestre deste ano.

No entanto, o município preferiu agilizar. “Diante da falta de respostas da SPU, decidimos entrar com a liminar. Em Camburi, há um valor de partida pré-determinado para as licitações, que torna o aluguel muito maior do que o preço de mercado. Queremos a adoção do mesmo modelo utilizado nas unidades da Curva da Jurema, onde os concessionários pagam um valor adequado”, justifica o secretário de Gestão, Planejamento e Comunicação de Vitória, Fabrício Gandini, que ainda aguarda a decisão judicial.

CONCESSIONÁRIOS

Para os atuais concessionários dos quiosques, a mudança poderá ser benéfica. Thiago do Carmo conta que muitos já desistiram de pagar o aluguel após terem ingressado na Justiça pedindo a redução do valor e não obter resultados. “Hoje há total dificuldade de manutenção. Do jeito que está, uma nova licita-



A GAZETA mostrou a situação semana passada

ção só vai mudar o CNPJ do devedor”, afirma.

Já o gerente do K4, Solene Alves da Silva, acredita esta seria a única saída para a família não desistir do negócio. “Não há movimento para pagarmos esse valor. Estamos trabalhando mais em família porque não dá para contratar alguém de fora. Só estamos aqui porque é melhor que estar desempregado”, lamenta.

POPULAÇÃO

Além dos próprios empresários, quem também se beneficiaria do barateamento seria a população.

Quem diz isso é o presidente da Associação de Moradores de Jardim da Penha, Fabrício Pancotto, que reclama da falta de atrações na Praia de Camburi, um dos maiores pontos turísticos da Capital.

“A questão dos quiosques parados é uma demanda antiga dos moradores. É uma pena que essa iniciativa tenha demorado tanto para ser tomada. Veja isso como uma movimentação política da prefeitura, pois qualquer iniciativa processual contra a União não é fácil de ser ganha. Mesmo assim, ficamos na torcida”.

O presidente da Associação Comunitária de Jardim Camburi, Enock Sampaio Torres, também acredita que a resposta da prefeitura diante da situação demorou para chegar, embora seja boa. “Desde que realmente sejam valores de acordo com o mercado, isso pode dar certo. Mas a medida é muito tardia, hoje muitos quiosques estão depredados pelo abandono. A fiscalização também terá que ser mais rigorosa”, critica.

ENTENDA

OBRA POLÊMICA CAMBURI

▼ Sete módulos

A orla de Camburi foi reformada e ganhou sete novos módulos. Dos antigos, restaram sete, na altura de Jardim Camburi.

▼ Preços altos

O preço de cada um foi fechado em R\$ 1,2 milhão

SITUAÇÃO HOJE

Apenas dois funcionam

▼ Segundo a prefeitura, o K2 é usado pela Secretaria de Esportes e Lazer para a oferta de atividades como capoeira e zumba. Mas estava vazio quando a reportagem esteve lá.

▼ No K3 ocasionalmente são promovidas festas no local. A energia foi cortada.

▼ O K5 está fechado para reforma, mas a prefeitura entrará com pedido de reintegração de posse.

▼ Há informação de que funciona no K6 ponto de atendimento turístico, mas a reportagem não encontrou funcionários.

▼ O K7 está em abandono total, com vidros quebrados e lixo. Moradores de rua dormem no local.

PAÍS EM CRISE

DOIS MESES DEPOIS, LISTA DE FACHIN SEGUE LENTA

Investigações contra 6 capixabas nem sequer tiveram início

KLEBER AMORIM
kamoreira@redgazeta.com.br

Dos oito políticos capixabas presentes na lista do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato, alguns nomes ainda nem chegaram aos tribunais competentes, que decidirão pela abertura ou não do processo de investigação, ou estão em ritmo lento.

O problema é que já se passaram dois meses desde que a Procuradoria-Geral da República (PGR) encaminhou ao Supremo as petições, baseadas nas delações de executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht.

O único capixaba até o momento que teve inquérito aberto foi o senador Ricardo Ferraço (PSDB), cujo processo está em tramitação no próprio STF, sob a relatoria de Fachin. Pelo foro privilegiado, o tucano não teve seu processo remetido a outra instância. Ferraço é investigado por ter supostamente recebido R\$ 400 mil, via caixa dois, para a campanha ao Senado em 2010.

Outro caso que passou a caminhar, agora fora do STF, foi o relacionado ao ex-prefeito de Vitória Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), que teria recebido R\$ 500 mil em vantagens indevidas,



MARCELO CAMARGO/ABR

O ministro Edson Fachin é o relator da Operação Lava Jato no Supremo

nas contabilizadas, nas campanhas de 2010 e 2012. Conforme adiantou a coluna Praça Oito na semana passada, o processo já se encontra nas mãos da Justiça Federal do Espírito Santo. Porém, ainda não se sabe quem será o relator.

Já as petições que envolvem os nomes do governador Paulo Hartung (PMDB), do secretário estadual de Desenvolvimento Urbano e Trabalho, Carlos Castegione (PT), e do deputado estadual Rodrigo Coelho (PT) ainda não

chegaram aos seus locais de destino.

O processo referente a Hartung recebeu baixa no STF no dia 28 de abril. Porém o Superior Tribunal de Justiça (STJ), para onde ele será encaminhado, ainda não o recebeu.

CAPIXABAS

7

petições

É a quantidade que envolve capixabas e poderá ter abertura de inquérito em outras instâncias.

INQUÉRITO

R\$ 400 mil

É quanto Ferraço teria recebido em 2012. É o único inquérito aberto.

O governador teria recebido R\$ 1,08 milhão nas eleições de 2010 e 2012 para beneficiar seu grupo político. Já Castegione teria recebido R\$ 640 mil, entre 2013 e 2014, e utilizado na campanha de Rodrigo Coelho, em 2014.

RELATOR DE CABRAL

Outro processo que já encontrou o seu lugar de destino é o que traz consigo os nomes do ex-governador Renato Casagrande (PSB), do prefeito de Vitória Luciano Rezende (PPS) e do ex-assessor de Casagrande, Paulo Brusqui (PSB).

A petição que envolve os nomes dos três foi encaminhada pelo Supremo ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2, que compreende Rio de Janeiro e Espírito Santo), na última quinta-feira, e agora aguarda decisão sobre quem será o relator. O responsável por conduzir os trabalhos poderá ser, inclusive, o desembargador Abel Gomes, o mesmo da Operação Calicute, braço da Lava Jato no Rio e responsável por determinar a prisão do ex-governador Sérgio Cabral.

Segundo a assessoria de imprensa do TRF-2, isso poderá ocorrer caso haja entendimento de que existe relação entre os processos. O peemedebista carioca é suspeito de ter cobrado propina de empreiteiras durante o período em que comandou o Palácio da Guanabara de 2007 a 2014.

Já Casagrande teria recebido R\$ 1,8 milhão, via caixa dois, para a eleição ao governo do Estado em 2010. Já o seu ex-assessor Paulo Brusqui é apontado por delatores como intermediário na entrega de dinheiro. Luciano Rezende, por sua vez, teria recebido em sua campanha para a Prefeitura de Vitória, em 2012, por intermédio de Casagrande, R\$ 500 mil.

Não há pedido de investigação contra outros oito

Além dos oito políticos capixabas que tiveram petições abertas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), outros oito foram citados por delatores da Odebrecht como beneficiários de propina, no entanto, não há pedido oficial de investigação.

São eles: o vice-governador César Colnago

(PSDB), que teria recebido R\$ 30 mil em doação para apresentar projetos de interesse da empresa; o deputado estadual Esmael de Almeida (PMDB), que teria recebido R\$ 50 mil para defender concessões e privatizações; a ex-ministra no governo Dilma Rousseff, Iriny Lopes (PT), que também te-

ria ficado com R\$ 50 mil para defender projetos de interesse da Odebrecht.

Os demais foram: o prefeito da Serra Audifax Barcelos (Rede), que teria recebido R\$ 100 mil em doação; o prefeito de Vila Velha, Max Filho (PSDB), que teria ficado com R\$ 80 mil em doação; o ex-vereador de Vitória Alexandre Passos (PT), que

teria recebido R\$ 30 mil; o ex-diretor do BNDES e ex-presidente do Funcef Guilherme Lacerda, que teria embolsado R\$ 150 mil em doações; e o conselheiro do Tribunal de Contas do Espírito Santo e ex-deputado estadual, Sérgio Borges, que é citado como tendo recebido R\$ 50 mil em doações. Todos negam os repasses.



MARCOS ALVES/AG

Fachada da Odebrecht: delatores citaram capixabas

PAÍS EM CRISE



ABSOLVIÇÃO DE TEMER

Procurador eleitoral defende revisão do resultado no TSE

Nicolao Dino enviou carta a colegas do MP em que sinalizou para possível recurso

BRASÍLIA

◀ O vice-procurador eleitoral Nicolao Dino enviou uma mensagem para seus colegas procuradores do Ministério Público Federal após o julgamento da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na manifestação, Dino joga luz sobre um possível recurso da Procuradoria Eleitoral à decisão do TSE de não cassar a chapa vitoriosa nas eleições de 2014.

“O desfecho do julgamento não inibe a busca do reexame do resultado, nas vias adequadas e no exato cumprimento das regras do jogo processual, por cuja prevalência também cabe ao Ministério Público velar, em todos os momentos”, afirmou o procurador.

Na sexta-feira passada, o TSE absolveu o presidente Michel Temer (PMDB) e a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) por 4 votos a 3. Com um discurso a favor da “estabilidade institucional”, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, deu o voto decisivo para desempatar o julgamento e livrar Temer de ter o mandato de cassado. O resultado manteve também os direitos po-

RECURSO VIRÁ

“O desfecho do julgamento não inibe a busca do reexame do resultado, nas vias adequadas e no exato cumprimento das regras do jogo processual”

NICOLAO DINO
VICE-PROCURADOR
ELEITORAL

O PLACAR

4 a 3

pela absolvição

Foi o placar da votação no TSE que livrou o presidente Michel Temer da cassação do mandato.

líticos de Dilma.

Durante a sessão, Nicolao Dino pediu o impedimento do ministro Admar Gonzaga. A solicitação ocorreu logo que a sessão foi retomada. A justificativa de Dino para o impedimento é o de que Admar atuou como advogado da campanha de Dilma em 2010.

O ministro Gilmar Mendes chegou a ironizar o pedido: “Pensei que iria pedir a cassação do ex-presidente



DIDA SAMPAIO/AE

Nicolao Dino deve contestar votação favorável a Temer

Lula”. Em seguida, repreendeu a representante do Ministério Público no tribunal.

Aos colegas, Nicolao Dino declarou que a arguição foi feita de “forma técnica, sem adjetivações e de forma objetiva”.

“Estando convencido

da presença dos elementos para tanto, no estrito exercício da independência funcional, tendo sido rebatidas, em todos os momentos, as tentativas de inibição das prerrogativas processuais do Ministério Público”, anotou. (AE)

Perícia em áudios entra em fase final

◀ O Instituto Nacional de Criminalística (INC) deve concluir a perícia sobre a gravação de uma conversa do presidente Michel Temer (PMDB) com o empresário Joesley Batista, um dos donos da JBS, até a próxima quarta-feira,

quando termina o prazo estabelecido pela própria instituição para emitir um laudo sobre o assunto. Segundo um policial que acompanha o caso de perto, é possível que o trabalho seja encerrado até antes, logo no início da semana.

PROTESTO



FLASH Coroas de flores

Movimento “Vem pra rua” colocou 27 coroas de flores em frente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). “Aqui jaz o TSE”, diziam as faixas. FOTO: DIDA SAMPAIO/AE

Para Gilmar, críticas ao TSE são “bobagem”

CARLOS MOURA/STF

◀ O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, recorreu ao futebol para comentar as críticas feitas à Corte, que na semana passada manteve o presidente Michel Temer (PMDB) no cargo.

Segundo Gilmar, que esteve do lado vencedor, há um ambiente de Fla-Flu em torno do caso. Ele também rechaçou as críticas de que o julgamento tenha sido mais político do que jurídico. “Absolutamente normal. Num jogo de Fla-Flu, as pessoas acabam tendo uma opção”. Questionado se o TSE



Gilmar Mendes: opinião pública não lida com Fla-Flu

fez uma análise mais política do que jurídica do caso, o ministro apenas respondeu: “Bobagem”. Gilmar também disse não ter

conversado com Temer ou com integrantes do Planalto após o julgamento, finalizado na sexta-feira. O TSE absolveu a chapa

vencedora da última eleição presidencial, quando a ex-presidente Dilma Rousseff saiu vencedora. Como ela perdeu em 2016 em decorrência do processo de impeachment, Temer herdou o cargo e, no caso de uma condenação, teria seu mandato cassado.

Mesmo admitindo a existência de fatos indícios de que a chapa cometeu crimes na campanha de 2014, o TSE lançou mão de argumentos técnicos para absolver os candidatos. Com isso, deu fôlego para o presidente tentar manter-se no cargo, a despeito da crise no país. (AG)

“Risco de vida” motiva transferência de Loures

◀ O ministro Edson Fachin, relator dos processos da Operação Lava Jato, determinou a transferência de Rodrigo Rocha Loures, ex-assessor do presidente Michel Temer, do complexo penitenciário da Papuda para a carceragem da Polícia Federal (PF), em Brasília.

Isso porque o investigado alegou que sua vida estava sob risco na Papuda. Rocha Loures tinha solicitado a transferência para a prisão domiciliar e a designação de uma equipe da PF para protegê-lo. Fachin considerou os fatos graves, mas não

aceitou os pedidos.

Em vez disso, determinou a transferência para a carceragem da PF. Também determinou o encaminhamento das informações ao Ministério Público Federal (MPF), a fim de investigá-los. “Os fatos narrados, ainda que não estejam desde logo embasados em elementos probatórios que lhes deem suporte, são graves o suficiente para que se dê ao menos notícia ao Ministério Público a quem incumbe, no âmbito de suas atribuições, deflagrar instrumentos voltados à respectiva apuração”. (AG)